



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná
www.jandaiadosul.pr.gov.br

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026.

(Processo Administrativo nº 39/2026)

UASG:987635

1. PREÂMBULO

1.1. Município de Jandaia do Sul, Estado do Paraná, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 002/2025, de 9 de janeiro de 2025, com a devida autorização expedida pelo Sr. Prefeito, **BENEDITO JOSÉ PUPIO**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, modo de disputa **ABERTO**, valor **TOTAL DO ITEM**, objetivando adquirir o objeto solicitado pelo **Departamento de Administração**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS:

1.2.2. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08h30min. do dia 14/05/2026.

1.2.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h30min. do dia 14/05/2026.

1.2.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

1.2.5. LOCAL: www.gov.br/compras.

1.2.6. FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço por **ITEM**.

1.2.7. INFORMAÇÕES:

1.2.7.1. Endereço: Praça do Café, 22, Centro, Jandaia do Sul – Paraná.

1.2.7.2. Pregoeira: **ANA CECILIA PEROTTI** - designada pela Portaria nº 002/2025

1.2.7.3. E-mail: licitacao@jandaiadosul.pr.gov.br

1.2.7.4. Telefone: (43) 3432-7398.

1.2.8. MODO DE DISPUTA: **ABERTO**.

1.2.9. **LICITAÇÃO COM EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI, PARA EMPRESAS DA REGIÃO DA AMUVI.**

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica em equipamentos de informática, compreendendo manutenção preventiva e corretiva de computadores, notebooks, chromebooks, impressoras, scanners, nobreaks, roteadores, switches e demais periféricos, bem como suporte técnico presencial aos usuários, gerenciamento e manutenção da rede de computadores e da infraestrutura de TI, incluindo a rede que sustenta os telefones VoIP, instalação, configuração e atualização de sistemas e softwares, diagnóstico e solução de falhas em equipamentos e no ambiente tecnológico, visando garantir o pleno funcionamento dos recursos de tecnologia da informação e atender às necessidades dos Departamentos Municipais, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

3. DO VALOR ESTIMADO



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

3.1. O valor máximo anual com a referida aquisição será de **R\$ 79.802,40 (Setenta e nove mil oitocentos e dois reais e quarenta centavos)**, em conformidade com o Termo de Referência - Anexo I deste edital.

As despesas decorrentes do presente Pregão correrão à conta do recurso da seguinte dotação orçamentária:

Cont. Red.	Fonte	Descrição	Órgão	Funcional	Proj./ Ativ.	Categoria	Descrição
56	2000	Recursos Livres	04.001	12.122.0004	2.004	3.3.90.39.00.00	Serviço de Terceiro - PJ

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.6. Poderão participar da presente licitação os interessados que atenderem a todas as exigências deste edital, **EXCLUSIVAMENTE** enquadrados como MICROEMPRESA – ME, EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP ou MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme Lei Complementar nº. 123/2006 e suas alterações.

4.6.1. A participação neste pregão será exclusiva aos licitantes enquadrados no item 6.1., com sede “**região da AMUVI**”, para o cumprimento do disposto no art. 30, § 6º da Lei Complementar Municipal nº 3.128 de 04 de junho 2020 e Decreto Municipal nº 7.936 de 25/03/2022 além das demais legislações aplicáveis.

4.6.1.1. Conceitua-se “**região da AMUVI**”: a região formada pelos municípios de **Apucarana, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Bom Sucesso, Borrazópolis, Califórnia, Cambira, Cruzmaltina,**



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Jandaia do Sul, Jardim Alegre, Kaloré, Lidianópolis, Lunardelli, Marilândia do Sul, Marumbi, Mauá da Serra, Novo Itacolomi, Rio Bom do Ivaí, Rosário do Ivaí, São João do Ivaí, e São Pedro do Ivaí, nos termos do artigo 6º inciso II letra d' do Decreto Municipal nº 7936/2022.

4.6.1.2. A referida exclusividade está amparada no **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**, respeitando o Prejulgado 27 Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), em razão da política pública nele bem especificada e exaustivamente demonstrada concernente ao Programa **JANDAIA DO SUL COMPRA AQUI**.

a) Programa **JANDAIA DO SUL COMPRA AQUI** é uma política pública de desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, que busca a implementação dos objetivos propostos no art. 47, observando os incisos do art. 49 ambos da Lei Complementar 123/2006, resguardando o princípio da isonomia e competitividade disposto no art. 3º e obedecendo o disposto no art. 5º-A, ambos da Lei 8.666/1993.

4.6.2. Não poderão disputar esta licitação:

4.6.2.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.2.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.6.2.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.6.2.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.6.2.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.6.2.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.6.2.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.2.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.6.2.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

4.6.2.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.6.2.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.





PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

4.7. O impedimento de que trata o item **4.6.2.4.** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.6.2.2 e 4.6.2.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.10. O disposto nos itens 4.6.2.2 e 4.6.2.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.12. A vedação de que trata o item **4.6.2.8.** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

5.4.3 Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.12.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário e total do item;

6.1.2 Marca (se for o caso);

6.1.3 Fabricante (se for o caso);

6.1.4 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.9.1 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná
www.jandaiadosul.pr.gov.br

6.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do Estado do Paraná, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor **unitário do item**.

7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10,00 (dez reais)**.

7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.12. O envio de lances no pregão eletrônico será o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

7.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas)** horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.20.4.1. A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.

7.20.4.2. A proposta deve ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, e deverá conter:

- a) Número do Pregão Eletrônico;
- b) Descrição do(s) objeto(s) da presente licitação;
- c) A **Marca, Fabricante e Modelo/Versão**, se for o caso;
- d) As especificações detalhadas dos produtos/serviços que atendem todas as especificações contidas no Termo de Referência do presente edital
- e) Os valores **Unitários e Totais** dos itens, expressos em algarismos (R\$), devendo ter apenas duas casas após a vírgula;

7.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 0 do edital,



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.5.1 e 5.6 deste edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1 Contiver vícios insanáveis;

8.7.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1 A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

8.9. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta.

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

8.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme descrito abaixo:

9.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Cópia do Contrato Social da empresa, devidamente registrado, ou sua última alteração; Esta documentação poderá ser substituída pelo Contrato Social Consolidado;

Nos casos em que for apresentada cópia com autenticidade digital do contrato social, será considerado válido quando a data do ato de assinatura digital estiver dentro do prazo de validade apresentado no documento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

- b) No caso de Sociedade Anônima, Cooperativa ou Associação Civil-estatuto da empresa, com suas alterações, acompanhado da Ata de Eleição dos atuais Diretores;
- c) No caso de Empresa Individual – Registro Comercial;
- d) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;
- e) No caso de Microempreendedor Individual, Certificado do MEI.

9.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão de Dívida ativa da União, Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedido pela Secretaria da Receita Federal do domicílio ou sede da licitante, ou outra forma equivalente admitida pela legislação pátria vigente;
- c) Prova de regularidade para a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado do domicílio ou sede da licitante, ou outra forma equivalente admitida pela legislação pátria vigente;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda do domicílio ou sede da licitante, ou outra forma equivalente admitida pela legislação pátria vigente;
- e) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.1.3. COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA:

- a) Certidão Negativa de Falência e/ou Recuperação Judicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento dos envelopes prevista no preâmbulo deste Edital, caso não houver menção quanto ao prazo de validade.

9.1.4. COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Atestado (s) de Capacidade Técnica emitido por entidade de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante executou fornecimentos compatíveis com o objeto do presente certame, indicando a qualidade do atendimento, cumprimento de prazos e demais condições do objeto fornecido.
 - a.1) O(s) atestado(s) devem ser apresentados em papel timbrado, carimbado, e conter as seguintes informações obrigatórias: razão social, CNPJ e endereço da pessoa jurídica emitente; nome, função e telefone do responsável pela assinatura; quantidade fornecida e descrição dos serviços prestados. Atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da licitante não serão considerados válidos. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresas controladas ou controladoras da licitante, ou com pelo menos um sócio em comum.
 - a.2) O contratante reserva-se o direito de realizar diligências para verificar a validade e conformidade dos atestados apresentados e poderá exigir documentos complementares para comprovar a entrega dos produtos ou serviços relativos aos atestados apresentados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

b) Declaração assinada pelo representante legal da proponente de que possui profissionais habilitados para a execução dos serviços de manutenção de computadores, configuração de roteadores, switches gerenciáveis, SEGURANÇA E FIREWAL, servidores com interface Router OS, sistema Linux e rede de fibra óptica (suas derivações, fusões e conexões): DHCP, Tabela ARP, Bridges, Route flags, QOS, DNS, BGP, Rotas estáticas, Conceitos 802.11 a/b/g/n/AC, WPA-PSK, WPA2-PSK, Configurações PPP, VPNs IPIP, VPNs EoIP, Rotas ECMP, VLAN em Mikrotik, VLAN por software, VLAN por hardware, VLAN por bridge, OSPF, LSA tipo 1 ao 7, acompanhada de certificado de curso superior ou técnico na área de computação ou informática, de pelo menos um dos seus funcionários.

c) Comprovação de vínculo empregatício entre o profissional habilitado acima e a proponente, mediante registro em carteira de trabalho e ficha de registro da empresa, ou contrato de prestação de serviços. Para dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação poderá ser feita através de cópia do ato constitutivo.

d) Declaração Unificada conforme modelo (**ANEXO III**).

9.1.5. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital.

9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.6.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

9.7.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.7.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

9.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.8.1 Os documentos exigidos para habilitação, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.8.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

9.9. A verificação dos documentos habilitatórios somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.9.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.9.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (*Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º*):

9.10.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.10.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.8.1.

9.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.14. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (*art. 4º do Decreto nº 8.538/2015*).



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

9.15. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.3 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://jandaiadosul.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/>.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

- 11.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 11.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
- 11.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 11.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 11.1.5 Fraudar a licitação
- 11.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 11.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 11.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 11.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 11.1.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 11.2.1 Advertência;
 - 11.2.2 Multa;
 - 11.2.3 Impedimento de licitar e contratar e
 - 11.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 11.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 11.3.2 As peculiaridades do caso concreto
 - 11.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 11.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 11.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Jandaia do Sul, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, devendo ser encaminhadas através do e-mail: licitacao@jandaiadosul.pr.gov.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. Uma vez homologado o resultado deste Pregão, o Município de Jandaia do Sul enviará uma Notificação para o primeiro fornecedor classificado, para assinatura da Ata Registro de Preço/Contrato, em **até 05 (cinco) dias úteis**.

13.5.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

13.5.2. O MUNICÍPIO enviará o contrato/Ata para assinatura da licitante via e-mail, que deverá assiná-lo no prazo previsto no item 13.5.

13.5.3. Será permitida a assinatura eletrônica do contrato/Ata, no mesmo prazo indicado no item 13.5.

13.6. Assegura-se ao Município de Jandaia do Sul o direito de:

13.6.1. Promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo (Art. 64, §2º, da Lei 14.133/21);

13.6.2. Revogar a presente licitação por razões de interesse público (Art. 71, inciso II, da Lei 14.133/21), decorrente de fato superveniente devidamente comprovado;

13.6.3. Adiar a data da sessão pública;

13.6.4. Rescindir unilateralmente o ajuste nos termos do Art. 137, inciso I da Lei nº 14.133/21.

13.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.





PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

13.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://jandaiadosul.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/>.

13.13. Quaisquer informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pela Pregoeira, na Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul, Setor de Licitação, Praça do Café, nº 22, Centro, no Município de Jandaia do Sul, Estado do Paraná, de Segunda a Sexta feira, das 08:00 às 17:15 horas, ou pelo e-mail: licitacao@jandaiadosul.pr.gov.br.

13.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.14.1 ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

13.14.1.1. APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;

13.14.2 ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL LICITANTE VENCEDOR;

13.14.3 ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA;

13.14.4 ANEXO IV - TERMO DE MINUTA DE CONTRATO;

Jandaia do Sul, 27 de abril de 2026.


BENEDITO JOSÉ PUPIO
- Prefeito -



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica em equipamentos de informática, compreendendo manutenção preventiva e corretiva de computadores, notebooks, chromebooks, impressoras, scanners, nobreaks, roteadores, switches e demais periféricos, bem como suporte técnico presencial aos usuários, gerenciamento e manutenção da rede de computadores e da infraestrutura de TI, incluindo a rede que sustenta os telefones VoIP, instalação, configuração e atualização de sistemas e softwares, diagnóstico e solução de falhas em equipamentos e no ambiente tecnológico, visando garantir o pleno funcionamento dos recursos de tecnologia da informação e atender às necessidades dos Departamentos Municipais, pelo período de 12 (doze) meses.

DETALHAMENTO DO OBJETO

1.2.1. O preço máximo estimado e admitido pela administração para a contratação do objeto será de:

ITEM	QUANTIDADE		CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	12	MÊS	25992	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica em equipamentos de informática, compreendendo manutenção preventiva e corretiva de computadores, notebooks, chromebooks, impressoras, scanners, nobreaks, roteadores, switches e demais periféricos, bem como suporte técnico presencial aos usuários, gerenciamento e manutenção da rede de computadores e da infraestrutura de TI, incluindo a rede que sustenta os telefones VoIP, instalação, configuração e atualização de sistemas e softwares, diagnóstico e solução de falhas em equipamentos e no ambiente tecnológico, visando garantir o pleno funcionamento dos recursos de tecnologia da informação e atender às necessidades dos Departamentos Municipais, pelo período de 12 (doze) meses.	6.650,20	79.802,40
TOTAL						79.802,40

OBS: Havendo qualquer discordância entre a descrição e unidade de medida do CATMAT e a do Termo de Referência/Edital, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Termo de Referência/Edital.

1.3. O valor total máximo estimado para a presente contratação corresponde a R\$ 79.802,40 (setenta e nove mil, oitocentos e dois reais e quarenta centavos).



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

1.4. DA CONTRATAÇÃO E VIGÊNCIA

1.4.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja interesse da Administração e que sejam mantidas as condições vantajosas para a contratação, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133 de 2021.

1.4.2. O Contrato define as regras que regerão sua vigência e as contratações dela decorrentes.

2. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bens de luxo, conforme Decreto nº 9.068/2024.

2.2. O objeto desta contratação é caracterizado como bens/serviços comuns, conforme disposto no art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133/21, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação tem como objeto a prestação de serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação, abrangendo manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática, suporte técnico aos usuários, gestão da infraestrutura de rede e demais atividades correlatas, essenciais ao pleno funcionamento das atividades administrativas do Município.

3.2. Atualmente, os Departamentos Municipais utilizam intensivamente recursos de tecnologia da informação para execução de suas atividades rotineiras, incluindo sistemas de gestão pública, comunicação interna e externa, controle administrativo, financeiro, educacional e de saúde, entre outros. Tais atividades dependem diretamente do adequado funcionamento de computadores, notebooks, chromebooks, impressoras, scanners, nobreaks, roteadores, switches, bem como da rede de dados e da infraestrutura de telefonia VoIP.

3.3. A ausência de suporte técnico especializado contínuo compromete a eficiência dos serviços públicos, podendo ocasionar paralisações, perda de dados, falhas de comunicação e prejuízos à população atendida. Assim, torna-se imprescindível a contratação de empresa especializada para garantir a manutenção adequada dos equipamentos, a estabilidade da rede e o suporte técnico necessário aos usuários.

3.4. Os serviços serão utilizados por todos os Departamentos Municipais, incluindo, mas não se limitando às áreas de Administração, Saúde, Educação, Assistência Social, Finanças e demais setores que dependem de recursos tecnológicos para o desempenho de suas funções.

3.5. A contratação se justifica pela inexistência ou insuficiência de equipe técnica própria qualificada para atender, de forma contínua e eficiente, à demanda existente, bem como pela necessidade de assegurar atendimento ágil e especializado, reduzindo o tempo de indisponibilidade dos equipamentos e sistemas.

3.6. A contratação de empresa especializada visa garantir a continuidade e a qualidade dos serviços públicos prestados pelo Município, considerando que a tecnologia da informação é ferramenta indispensável para a execução das atividades administrativas e operacionais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

3.7. A manutenção preventiva permitirá a identificação e correção antecipada de falhas, aumentando a vida útil dos equipamentos e reduzindo custos com substituições. Já a manutenção corretiva assegurará a rápida resolução de problemas, minimizando impactos nas atividades dos setores.

3.8. Além disso, o suporte técnico presencial aos usuários é fundamental para orientação quanto ao uso adequado dos sistemas e equipamentos, contribuindo para maior produtividade e redução de erros operacionais.

3.9. A gestão e manutenção da rede de computadores, incluindo a infraestrutura que sustenta os sistemas e a telefonia VoIP, são essenciais para garantir a segurança da informação, a integridade dos dados e a comunicação eficiente entre os setores.

3.10. A contratação também contempla serviços de instalação, configuração e atualização de softwares, bem como diagnóstico e solução de falhas, garantindo que o ambiente tecnológico esteja sempre atualizado e adequado às necessidades institucionais.

3.11. Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e vantajosa para a Administração Pública, uma vez que assegura a continuidade dos serviços, melhora a eficiência operacional e atende ao interesse público, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e economicidade, conforme exigências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR).

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.2. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

5.2.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5.3. DA VISITA TÉCNICA

5.3.1. A realização de visita técnica não será obrigatória, sendo facultada às empresas interessadas, com o objetivo de proporcionar melhor conhecimento da infraestrutura de tecnologia da informação do Município.

5.3.2. A visita técnica tem por finalidade permitir que os licitantes conheçam o ambiente onde serão executados os serviços, incluindo a quantidade estimada de equipamentos, a estrutura da rede de computadores, a infraestrutura de telefonia VoIP e as condições operacionais dos Departamentos Municipais.

5.3.3. A não realização da visita técnica não poderá ser alegada como motivo para o descumprimento das obrigações contratuais, devendo a contratada assumir todos os riscos inerentes à execução dos serviços.

5.3.4. Os interessados poderão obter informações adicionais junto ao setor responsável pela Tecnologia da Informação do Município, mediante prévio agendamento, em horário de expediente.

5.3.5. A empresa que optar por não realizar a visita técnica deverá apresentar declaração de que possui pleno conhecimento das condições necessárias para execução dos serviços.

5.4. DA EQUIPE TÉCNICA



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

5.4.1. A contratada deverá disponibilizar equipe técnica qualificada e em quantidade suficiente para atendimento da demanda do Município.

5.4.2. Os profissionais deverão possuir conhecimentos compatíveis com:

I – manutenção de computadores, notebooks e periféricos;

II – configuração e suporte a sistemas operacionais e softwares;

III – redes de computadores, incluindo roteadores, switches e conectividade;

IV – suporte técnico presencial.

5.5. DA INFRAESTRUTURA DE REDE E TELEFONIA VoIP

5.5.1. A contratada será responsável pela manutenção, gerenciamento e suporte da infraestrutura de rede de dados que suporta o funcionamento da telefonia VoIP do Município.

5.5.2. Não será de responsabilidade da contratada a prestação do serviço de telefonia VoIP, incluindo gestão de ramais, operadoras, tarifas ou plataformas, os quais são executados por empresa contratada específica.

5.5.3. A contratada deverá atuar, quando necessário, em conjunto com a empresa responsável pela telefonia, visando garantir o pleno funcionamento dos serviços.

5.6. DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

5.6.1. A contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, sistemas ou documentos a que tiver acesso em razão da execução dos serviços.

5.6.2. É vedada a divulgação, reprodução ou utilização de informações do Município para fins diversos do objeto contratual.

5.6.3. A contratada deverá adotar boas práticas de segurança da informação, visando garantir a integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados.

5.7. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

5.7.1. A contratada será responsável pela qualidade dos serviços prestados e pela correta execução das atividades descritas neste Termo de Referência.

5.7.2. Eventuais falhas na execução dos serviços deverão ser corrigidas sem ônus adicional para a Administração.

5.8. DOS RECURSOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO

5.8.1. A contratada deverá dispor de todos os equipamentos, ferramentas e meios necessários à adequada execução dos serviços.

5.8.2. Não será de responsabilidade da Administração o fornecimento de ferramentas ou equipamentos técnicos para execução dos serviços.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. CONDIÇÕES, LOCAL E HORÁRIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.2. 6.1. CONDIÇÕES, LOCAL E HORÁRIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.3. 6.1.1. Os serviços serão executados de forma contínua, mediante solicitação dos Departamentos Municipais, nas dependências da Administração Pública, em todos os locais que possuam equipamentos e infraestrutura de tecnologia da informação.

6.1.2. Após a abertura de chamado pelo Departamento requisitante, a Contratada deverá iniciar o atendimento no prazo estabelecido neste Termo de Referência, sendo o atendimento realizado exclusivamente de forma presencial, conforme a necessidade.

6.1.3. A prestação dos serviços ocorrerá, prioritariamente, em regime 8x5, compreendendo o horário comercial, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 11h30 e das 13h00 às 17h30.





PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

6.1.4. Excepcionalmente, havendo necessidade, especialmente em casos que envolvam a interrupção de serviços essenciais, como Pronto Atendimento Municipal, SAMU e Brigada do Bombeiro Comunitário, a Contratada deverá prestar atendimento fora do horário comercial, incluindo sábados, domingos e feriados, mediante acionamento da Administração.

6.1.5. A prestação de suporte técnico deverá ocorrer exclusivamente de forma presencial, nas dependências da Contratante, sendo vedado qualquer tipo de atendimento remoto, telefônico ou por acesso virtual.

Fica estabelecido que:

- a) Não será permitido suporte via acesso remoto (AnyDesk, TeamViewer ou similares);
- b) Não será permitido atendimento por telefone, chamadas de vídeo ou aplicativos de mensagens;
- c) Não será permitido suporte por e-mail ou sistemas de chamados remotos;
- d) Todos os atendimentos deverão ser realizados in loco por profissional técnico.

Parágrafo único. O objetivo é garantir maior controle das atividades executadas, segurança das informações institucionais e acompanhamento direto dos serviços pela equipe da Administração.

6.1.6. Fica expressamente proibida a terceirização, subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto deste Termo de Referência. A Contratada deverá executar diretamente todos os serviços com equipe própria, devidamente vinculada à empresa, responsabilizando-se integralmente pela execução contratual.

Determinações complementares:

- a) Não será permitida a subcontratação de técnicos autônomos ou empresas parceiras;
- b) Não será permitida a transferência de responsabilidades técnicas a terceiros;
- c) Todos os profissionais deverão possuir vínculo formal com a empresa Contratada;
- d) A substituição de profissionais deverá ser previamente comunicada e autorizada pela Contratante.

6.2. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.2.1. Os serviços compreenderão manutenção preventiva e corretiva de computadores, notebooks, chromebooks, impressoras, scanners, nobreaks, roteadores, switches e demais periféricos.

6.2.2. A manutenção preventiva será realizada periodicamente, com o objetivo de evitar falhas, aumentar a vida útil dos equipamentos e garantir o adequado funcionamento dos sistemas.

6.2.3. A manutenção corretiva será realizada sempre que houver falha ou mau funcionamento, devendo a Contratada realizar diagnóstico, reparo e testes necessários para o restabelecimento do funcionamento normal dos equipamentos.

6.2.4. A Contratada deverá realizar instalação, configuração e atualização de sistemas operacionais, softwares e aplicações utilizadas pela Administração.

6.2.5. Também caberá à Contratada prestar suporte técnico aos usuários, orientando quanto ao uso adequado dos equipamentos e sistemas.

6.3. DA INFRAESTRUTURA DE REDE

6.3.1. A Contratada será responsável pela manutenção, gerenciamento e suporte da rede de computadores do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

6.3.2. Inclui-se neste item a configuração de equipamentos de rede, verificação de conectividade, diagnóstico e solução de falhas na infraestrutura.

6.3.3. A Contratada será responsável pela infraestrutura de rede que suporta a telefonia VoIP, não abrangendo a prestação do serviço de telefonia, o qual é executado por empresa contratada específica.

6.4. DO ATENDIMENTO E CONTROLE DE CHAMADOS

6.4.1. Os atendimentos serão realizados mediante abertura de chamados pelos setores da Administração.

6.4.2. A Contratada deverá manter controle dos atendimentos realizados, contendo, no mínimo:

I – data e horário do chamado;

II – identificação do solicitante;

III – descrição do problema;

IV – classificação do chamado;

V – solução adotada;

VI – data e horário de conclusão.

6.4.3. As informações deverão estar disponíveis para acompanhamento pela fiscalização do contrato.

6.5. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.5.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e boas práticas de tecnologia da informação.

6.5.2. A Contratada deverá preservar os equipamentos, sistemas e instalações existentes, responsabilizando-se por quaisquer danos causados durante a execução dos serviços.

6.5.3. Durante a execução, os ambientes deverão ser mantidos organizados, evitando interrupções desnecessárias nas atividades dos setores.

6.6. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

6.6.1. A Contratada estará sujeita à fiscalização dos serviços no ato da execução e posteriormente, reservando-se à Administração o direito de não aceitar os serviços que não se apresentem em condições satisfatórias.

6.6.2. Caso os serviços sejam executados em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, a Contratada deverá corrigi-los imediatamente, sem ônus para o Município.

6.6.3. Caso os serviços prestados resultem em danos aos equipamentos ou à infraestrutura, a Contratada deverá arcar integralmente com os prejuízos e realizar os reparos necessários.

6.7. DOS PRAZOS DE ATENDIMENTO (SLA)

6.7.1. O prazo máximo para início do atendimento aos chamados será de até 30 (trinta) minutos, contada a partir da abertura do chamado.

6.7.2. Os serviços deverão ser executados, sempre que possível, no mesmo dia da abertura do chamado, especialmente nos casos que envolvam interrupção de serviços essenciais.

6.8. DOS CUSTOS E RESPONSABILIDADES

6.8.1. Todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, incluindo deslocamento, transporte, mão de obra, ferramentas, equipamentos e demais insumos necessários, correrão por conta exclusiva da Contratada.

6.8.2. O suporte técnico ocorrerá sem qualquer ônus adicional para o Município, inclusive quando houver necessidade de deslocamento, estadia de técnicos ou execução fora do horário comercial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

6.9. DAS CONDIÇÕES GERAIS

6.9.1. É vedada a execução de serviços sem a prévia autorização da Administração.

6.9.2. A Contratada deverá assegurar a qualidade dos serviços prestados, garantindo o pleno funcionamento dos equipamentos e sistemas atendidos.

6.9.3. A execução dos serviços deverá observar as normas de segurança e boas práticas, incluindo a proteção de dados e informações da Administração.

6.10. DOS RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO

6.10.1. A Contratada deverá apresentar, mensalmente, relatório detalhado dos serviços prestados.

6.10.2. O relatório deverá conter, no mínimo:

I – quantitativo de chamados atendidos;

II – descrição dos serviços realizados;

III – equipamentos atendidos;

IV - tempo de atendimento e solução;

V – eventuais falhas identificadas e providências adotadas.

6.10.3. O relatório deverá ser entregue ao gestor do contrato para fins de acompanhamento, controle e atesto dos serviços.

6.11. DA PROTEÇÃO E INTEGRIDADE DOS DADOS

6.11.1. A Contratada deverá adotar medidas para preservar a integridade dos dados durante a execução dos serviços.

6.11.2. Sempre que houver risco de perda de informações, deverá ser realizada cópia de segurança (backup), com ciência da Administração.

6.11.3. A Contratada não poderá excluir, alterar ou transferir dados sem autorização expressa do responsável pelo setor.

6.12. DA ORGANIZAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.12.1. A Contratada deverá manter a organização lógica e física dos equipamentos e da rede, incluindo identificação de equipamentos, cabos e pontos de rede, sempre que aplicável.

6.12.2. Sempre que possível, deverão ser adotadas boas práticas de padronização de configurações, visando facilitar manutenção, segurança e continuidade dos serviços.

6.13. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

6.13.1. A medição dos serviços será realizada mensalmente, considerando a prestação contínua dos serviços de suporte técnico, manutenção e atendimento às demandas da Administração.

6.13.2. Para fins de pagamento, deverá ser apresentado relatório mensal contendo todos os atendimentos realizados no período, conforme previsto neste Termo de Referência.

6.13.3. O pagamento mensal somente será efetuado após o atesto do gestor do contrato, que verificará a conformidade das atividades prestadas com este Termo de Referência e o relatório mensal apresentado.

6.13.4. O gestor do contrato realizará o atesto dos serviços após a verificação da conformidade das atividades executadas.

6.14. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO

6.14.1. Não há exigência de garantia formal (caução, seguro ou similar), nos termos da Lei nº 14.133/21.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

6.14.2. A contratada será responsável por corrigir, sem ônus para o Município, quaisquer falhas ou inadequações nos serviços executados, garantindo o pleno funcionamento dos equipamentos, sistemas e infraestrutura de TI atendidos.

6.14.3. O período de garantia aplica-se enquanto vigente o contrato, considerando que os serviços são contínuos e incluem manutenção preventiva e corretiva.

7. GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. A contratada deverá comunicar a Administração no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega ou execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito enviado pelo e-mail: compras@jandaiadosul.pr.gov.br, exceto quando o ato exigir maiores formalidades.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor do contrato: Carlos Roberto Barbosa – Matrícula: 2966 e pelo fiscal do contrato: Rodrigo Vanoni Alberton – Matrícula: 24686.

7.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 8498 de 31 de Março de 2023 - Decreto do Município);

7.8. Para promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas no contrato, o gestor e o fiscal deverão:

- a) propor ao órgão competente pela instrução, a aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação, no caso de constatar irregularidade cometida pelo Fornecedor;
- b) encaminhar o fato à deliberação superior para a adoção das medidas corretivas e punitivas aplicáveis, no caso de haver indícios de apropriação indébita e de prejuízo ao erário.

7.9. A fiscalização de que trata o item anterior não exclui nem reduz a responsabilidade do Fornecedor, pelos danos causados ao Órgão Gerenciador ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

7.10. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Órgão Gerenciador, não elide nem diminui a responsabilidade da empresa Fornecedor quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

7.11. O gestor do contrato coordena a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 8498 de 31 de Março de 2023 - Decreto do Município);

7.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 8498 de 31 de Março de 2023 - Decreto do Município);

7.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 8498 de 31 de Março de 2023 - Decreto do Município);

7.14. DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO

a) O Gestor do Contrato coordenará a atualização do processo de execução e fiscalização do Contrato acompanhando os registros realizados por todos os fiscais das ocorrências e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

b) O Gestor do Contrato é responsável pelo encaminhamento dos documentos necessários para o empenho de despesa e pagamento, e indicará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa de acordo com eventuais apontamentos da fiscalização administrativa do Contrato.

c) O Gestor do Contrato emitirá os Atestados de Capacidade Técnica eventualmente solicitados pela CONTRATADA relativos ao objeto deste Contrato, contendo a avaliação realizada pelos fiscais técnicos e administrativos quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual e a eventuais penalidades aplicadas.

d) O Gestor do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização da CONTRATADA para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela Comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021 e designada pela autoridade superior.

e) O Gestor do Contrato deverá manifestar anuência em relação aos pedidos de aditivos a este Contrato após parecer técnico dos fiscais, assim como emitir o Termo de Recebimento Provisório e Definitivo da obra mediante prévio ateste dos fiscais técnicos.

7.15. DAS ATRIBUIÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

a) O fiscal dos serviços verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, e a formalização de aditivos relativos ao prazo de vigência do Contrato/ARP, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

b) Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal dos serviços atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

c) O fiscal dos serviços comunicará ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, o término da vigência do Contrato/ARP sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva prorrogação contratual.

d) O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

8. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

8.1. Os serviços serão recebidos pelo Diretor do Departamento Administrativo, pelos(as) Diretores(as) dos Departamentos Municipais e/ou Coordenador Chefe da Seção de Compras, podendo ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.3. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Liquidação

8.4. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo para fins de liquidação. O setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado

providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.6. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.12. O pagamento será efetuado em ordem cronológica, serão pagos em até 15 dias da emissão da nota de liquidação, de acordo com o Decreto Nº 9.397, de 20 de junho de 2024, por meio de liquidação, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos.

Forma de pagamento

8.13. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado na nota fiscal ou instrumento equivalente.

8.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.15.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.16. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

9.2. Poderão participar do processo empresas que atendam o ramo de atividade do objeto da licitação, comprovando experiência e qualidade no fornecimento do objeto.

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos constantes no artigo nº 62 ao 69 da Lei 14.133/2021, e ainda:

a) Atestado (s) de Capacidade Técnica emitido por entidade de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante executou fornecimentos compatíveis com o objeto do presente certame, indicando a qualidade do atendimento, cumprimento de prazos e demais condições do objeto fornecido.

a.1) O(s) atestado(s) devem ser apresentados em papel timbrado, carimbado, e conter as seguintes informações obrigatórias: razão social, CNPJ e endereço da pessoa jurídica emitente; nome, função e telefone do responsável pela assinatura; quantidade fornecida e



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

descrição dos serviços prestados. Atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da licitante não serão considerados válidos. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresas controladas ou controladoras da licitante, ou com pelo menos um sócio em comum.

a.2) O contratante reserva-se o direito de realizar diligências para verificar a validade e conformidade dos atestados apresentados e poderá exigir documentos complementares para comprovar a entrega dos produtos ou serviços relativos aos atestados apresentados.

JUSTIFICATIVA:

A apresentação de Atestados de Capacidade Técnica é fundamental para assegurar que a empresa licitante possui experiência comprovada na execução de serviços compatíveis com o objeto deste certame, garantindo a idoneidade, a qualidade e a confiabilidade da prestação de serviços.

O requisito de que os atestados sejam emitidos por entidade de direito público ou privado, em papel timbrado e contendo informações detalhadas sobre a empresa e os serviços prestados, visa:

1. Verificação da experiência prévia: Confirma que a empresa já executou serviços similares, com cumprimento de prazos e padrões de qualidade compatíveis com os exigidos pelo Município.
2. Garantia da confiabilidade das informações: A exigência de dados do emissor, como razão social, CNPJ, endereço, nome, função e telefone do responsável, permite que a Administração realize diligências para validar a veracidade das informações fornecidas.
3. Imparcialidade e transparência: A vedação de atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da licitante evita conflitos de interesse e assegura que a experiência apresentada seja de fato externa e verificável.
4. Suporte à fiscalização do contrato: A possibilidade de solicitar documentos complementares garante que a Administração possa confirmar a entrega dos serviços ou fornecimentos, prevenindo riscos de contratação de empresas sem capacidade técnica adequada.

Dessa forma, a exigência dos Atestados de Capacidade Técnica atende aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência previstos na legislação de licitações, em especial na Lei nº 14.133/21, assegurando que o objeto do certame seja executado por empresa apta e qualificada, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços de tecnologia da informação do Município.

b) Declaração assinada pelo representante legal da proponente de que possui profissionais habilitados para a execução dos serviços de manutenção de computadores, configuração de roteadores, switches gerenciáveis, SEGURANÇA E FIREWALL, servidores com interface Router OS, sistema Linux e rede de fibra óptica (suas derivações, fusões e conexões): DHCP, Tabela ARP, Bridges, Route flags, QOS, DNS, BGP, Rotas estáticas, Conceitos 802.11 a/b/g/n/AC, WPA-PSK, WPA2-PSK, Configurações PPP, VPNs IPIP, VPNs EoIP, Rotas ECMP, VLAN em Mikrotik, VLAN por software, VLAN por hardware, VLAN por bridge, OSPF, LSA tipo 1 ao 7, acompanhada de certificado de curso superior ou técnico na área de computação ou informática, de pelo menos um dos seus funcionários.

JUSTIFICATIVA:

A exigência de declaração assinada pelo representante legal da proponente, atestando que a empresa possui profissionais qualificados para execução dos serviços, tem como objetivo



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

assegurar que a contratada detenha capacidade técnica compatível com a complexidade do objeto do presente certame, que envolve:

- Manutenção preventiva e corretiva de computadores, notebooks, impressoras e demais periféricos;
- Configuração e suporte a roteadores, switches gerenciáveis, servidores e sistemas operacionais (Linux, RouterOS);
- Gerenciamento de redes de fibra óptica e protocolos associados (DHCP, DNS, BGP, OSPF, VLANs, VPNs, QOS, entre outros);
- Segurança de redes e firewalls, incluindo protocolos de autenticação, criptografia e políticas de acesso;
- Suporte a tecnologias wireless conforme padrões 802.11 e autenticações WPA-PSK/WPA2-PSK.

A apresentação de certificado de curso superior ou técnico em computação ou informática de pelo menos um dos funcionários garante que a empresa possui conhecimento formal e atualizado, fundamental para a correta execução dos serviços, mitigando riscos de falhas técnicas que poderiam comprometer a operação da infraestrutura de TI do Município.

Essa exigência também atende aos princípios da legalidade, eficiência e segurança previstos na Lei nº 14.133/21, uma vez que:

1. Garante a aptidão técnica da empresa para executar serviços complexos, prevenindo contratações de empresas sem capacidade real;
2. Facilita a fiscalização e acompanhamento da execução contratual, permitindo que o Município comprove a presença de profissionais habilitados e qualificados;
3. Assegura a continuidade e a confiabilidade dos serviços de TI, especialmente em sistemas essenciais, evitando interrupções e prejuízos aos serviços públicos.

Dessa forma, a exigência da declaração e da comprovação de qualificação profissional é indispensável para garantir a segurança, qualidade e eficiência na execução dos serviços contratados.

c) Comprovação de vínculo empregatício entre o profissional habilitado acima e a proponente, mediante registro em carteira de trabalho e ficha de registro da empresa, ou contrato de prestação de serviços. Para dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação poderá ser feita através de cópia do ato constitutivo.

A exigência de comprovação de vínculo empregatício entre o profissional habilitado e a proponente tem como objetivo garantir que os profissionais capacitados e qualificados indicados para a execução dos serviços sejam efetivamente parte da equipe da empresa licitante, assegurando a responsabilidade direta da contratada sobre os serviços prestados.

Essa comprovação pode ser realizada por meio de registro em carteira de trabalho, ficha de registro da empresa, contrato de prestação de serviços ou, no caso de dirigente ou sócio da empresa, cópia do ato constitutivo. Tal exigência atende aos seguintes objetivos:

1. Segurança técnica e legal: Assegura que a empresa contratada detém controle e responsabilidade sobre os profissionais que executarão os serviços, reduzindo riscos de descumprimento contratual ou de prestação inadequada dos serviços.
2. Garantia de qualificação efetiva: Evita que a empresa indique profissionais terceirizados ou não vinculados formalmente, que não possuam compromisso direto com a contratada, garantindo que o profissional qualificado esteja disponível e apto a atuar quando necessário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

3. Transparência e fiscalização: Permite à Administração Municipal verificar a composição da equipe técnica da contratada, facilitando a fiscalização do contrato e a responsabilização em caso de falhas na execução dos serviços.

4. Conformidade legal: Alinha-se aos princípios da Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos que tratam de capacidade técnica, execução contratual e responsabilidade da contratada, assegurando que o Município contrate empresas aptas e legalmente responsáveis pelos serviços.

Dessa forma, a comprovação de vínculo empregatício é medida essencial para assegurar a qualidade, a continuidade e a confiabilidade dos serviços de manutenção e suporte de tecnologia da informação do Município.

9.4. Não será necessário envio de amostra.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. Em conformidade com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, foi realizado o levantamento de mercado com o objetivo de obter subsídios técnicos e financeiros para a definição da estimativa de preços dos itens que compõem o objeto da presente contratação.

10.2. Considerando que se trata de itens de amplo comércio, com características padronizadas e grande oferta no mercado, a pesquisa foi realizada por meio orçamentos com fornecedores e também da plataforma digital especializada, a qual reúne dados atualizados de contratações públicas efetivadas por diversos municípios e entes federativos em todo o território nacional.

10.3. Essa ferramenta foi utilizada por oferecer ampla base comparativa, com preços obtidos a partir de licitações finalizadas recentemente, permitindo o levantamento de valores praticados em condições reais de mercado e em contextos administrativos semelhantes ao do Município de Jandaia do Sul – PR.

10.4. A escolha desta fonte também se justifica pela confiabilidade das informações, uma vez que os dados são extraídos diretamente de contratos, atas de registro de preços e publicações oficiais de prefeituras e órgãos públicos. A utilização dessa base de dados garante atualidade, transparência e precisão, atendendo ao que dispõe o §1º do art. 23 da Nova Lei de Licitações.

10.5. Dessa forma, a estimativa de preços obtida reflete parâmetros condizentes com a realidade do mercado público, proporcionando segurança jurídica ao processo licitatório e promovendo os princípios do planejamento, economicidade, eficiência e vantajosidade.

10.6. Responsável pela Pesquisa de preços da prestação de serviços de assistência técnica, servidor do Departamento Administrativo, Rodrigo Vanoni Alberton.

11. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

11. Obrigações Da Contratada

11.1.1. Não terceirizar ou sublocar o objeto da presente licitação.

11.1.2. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados a esta municipalidade ou a terceiros em decorrência da execução do objeto desta licitação.

11.1.3. Responsabilizar-se por todos os atos de seus funcionários, acidentes ou sinistros praticados ou sofridos e as indenizações que possam ser devidas.

11.1.4. Arcar com todas as responsabilidades decorrentes do objeto licitado, nos termos do Código Civil e do Código de Defesa e Proteção do Consumidor.

11.1.5. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

execução dos serviços, objeto deste Termo de Referência.

11.1.6. Responsabilizar-se por todos os ônus referentes aos serviços objeto deste Termo de Referência.

11.1.7. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da Contratante.

11.1.8. Responsabilizar-se por qualquer prejuízo causado à Contratante, a seus prepostos ou a terceiros, provocados por ação ou omissão, em decorrência de falhas ou imperfeições na execução dos serviços.

11.1.9. Responsabilizar-se pelos eventuais danos ou desvios causados aos bens que lhe forem confiados, devendo efetuar o ressarcimento correspondente, imediatamente após o recebimento da notificação expressa da Contratante, sob pena de glosa de qualquer importância que tenha direito a receber.

11.1.10. Garantir absoluto sigilo sobre todos os processos, informações e quaisquer outros dados disponibilizados pela Contratante, em função das peculiaridades dos serviços a serem prestados.

11.1.11. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da Contratante.

11.1.12. Indicar um profissional para atuar como preposto da empresa para tratar das questões relativas à execução dos serviços e ao faturamento.

11.1.13. Esclarecer, em tempo hábil, eventuais dúvidas e indagações da Contratante.

11.1.14. Comunicar a CONTRATANTE, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência do contrato.

11.1.15. Prestar os serviços nas condições e prazos estabelecidos pela Contratante.

11.1.16. Cumprir integralmente as normas estabelecidas no Regimento Interno da instituição atuante, bem como as demais ordens de serviço e diretrizes disciplinares vigentes.

11.2. Obrigações Da Contratante

11.2.1. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada, de acordo com o contrato.

11.2.2. Fornecer e colocar à disposição da Contratada, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à prestação dos serviços, conforme especificado neste Termo de Referência.

11.2.3. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre quaisquer irregularidades observadas na prestação dos serviços.

11.2.4. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência mínima de 72 h sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

11.2.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de um empregado, especialmente designado, que anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas ao contrato.

11.2.6. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, de acordo com os termos de sua proposta comercial, do contrato e do edital da licitação.

11.2.7. Pagar a importância correspondente aos serviços prestados pela Contratada, no prazo pactuado, mediante as notas fiscais/faturas, devidamente atestadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

- 11.2.8. Permitir o livre acesso dos empregados da Contratada, às dependências da CONTRATANTE para execução dos serviços.
- 11.2.9. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto do contrato, que venham a ser solicitados pela Contratada.
- 11.2.10. Efetuar o pagamento devido, no valor acordado em contrato, desde que concluídos e atestados os serviços prestados.
- 11.2.11. Promover, caso necessário, auditoria técnica e operacional do ambiente e recursos utilizados pela Contratada, por meio de pessoal próprio ou equipe de terceiros.
- 11.2.12. Conferir toda a documentação técnica gerada e apresentada durante a execução dos serviços, efetuando o seu atesto quando estiver em conformidade com os padrões de informação e qualidade exigidos no contrato.
- 11.2.13. Fornecer toda a infraestrutura necessária (local físico, mobiliário, tomadas elétricas e pontos de acesso à rede) para instalação e funcionamento dos equipamentos.
- 11.2.14. Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços e permitir o livre acesso do pessoal técnico da Contratada aos equipamentos para intervenções técnicas e/ou manutenção.
- 11.2.15. Evitar que pessoas não credenciadas pela Contratada efetuem manutenção e/ou reparos nas máquinas.
- 11.2.16. Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, caso haja necessidade de reparos e/ou reposição de material de consumo.
- 11.2.17. Acatar e pôr em prática as recomendações feitas pela Contratada, no que diz respeito às condições de uso e funcionamento dos equipamentos, desde que não contrariem o interesse da Administração.
- 11.2.18. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. Os recursos financeiros para suportar a eficácia do presente objeto estão indicados no parecer contábil do setor competente.

13. DA ASSINATURA DO CONTRATO/ATA

- 13.1. Homologada a licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato/Ata, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação.
- 13.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 13.3. O MUNICÍPIO enviará o contrato/Ata para assinatura da licitante via e-mail, que deverá assiná-lo no prazo previsto no item 13.1.
- 13.4. Será permitida a assinatura eletrônica do contrato/Ata, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 13.1.
- 13.5. Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato/Ata no prazo estabelecido no item 13.1, será facultado à Administração, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

13.6. Por ocasião da assinatura do contrato/Ata, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no § 4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná
www.jandaiadosul.pr.gov.br

APÊNDICE DO ANEXO I ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. OBJETIVO

O presente Estudo Técnico Preliminar é elaborado nos termos do art. 18, inc. I c/c §1º da Lei nº 14.133/2021, tendo por objetivo identificar e analisar as alternativas para o atendimento da demanda relacionada a contratação de empresa especializada para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica em equipamentos de informática, compreendendo manutenção preventiva e corretiva de computadores, notebooks, chromebooks, impressoras, scanners, nobreaks, roteadores, switches e demais periféricos, bem como suporte técnico presencial aos usuários, gerenciamento e manutenção da rede de computadores e da infraestrutura de TI, incluindo a rede que sustenta os telefones VoIP, instalação, configuração e atualização de sistemas e softwares, diagnóstico e solução de falhas em equipamentos e no ambiente tecnológico, visando garantir o pleno funcionamento dos recursos de tecnologia da informação e atender às necessidades dos Departamentos Municipais, pelo período de 12 (doze) meses.

Neste contexto, o presente documento apresenta os estudos técnicos preliminares que visam assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pretendida e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência.

As contratações governamentais produzem significativo impacto na atividade econômica, tendo em vista o volume de recursos envolvidos, os quais, em grande parte, são instrumentos de realização de políticas públicas. Neste sentido, um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias oferecidas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos.

Este estudo consiste na primeira etapa do planejamento de uma contratação, de modo a assegurar a viabilidade e embasar o termo de referência, conforme previsto na Lei 14.133/2021, art. 6º, inciso XX.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação tem por objetivo a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção de equipamentos de informática, incluindo computadores, notebooks, chromebooks, impressoras, scanners, nobreaks, roteadores, switches e demais periféricos, bem como o suporte técnico presencial e remoto aos usuários, manutenção e gerenciamento da rede de computadores e da infraestrutura de TI do Município, incluindo a rede que sustenta a telefonia VoIP, instalação, configuração e atualização de sistemas e softwares, diagnóstico e solução de falhas em equipamentos e no ambiente tecnológico.

2.1. Justificativa da Necessidade

A Administração Municipal possui uma infraestrutura tecnológica ampla e diversificada, utilizada por todos os Departamentos Municipais, incluindo serviços essenciais de atendimento à população, como o Pronto Atendimento Municipal, SAMU e a Brigada do Bombeiro Comunitário, que demandam funcionamento contínuo da TI.

A necessidade da contratação decorre de:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

1. Garantir a continuidade e eficiência dos serviços públicos: O bom funcionamento dos sistemas, redes e equipamentos de TI é essencial para o atendimento à população e para a execução das atividades administrativas do Município.
2. Reduzir riscos de interrupção dos serviços essenciais: Falhas em computadores, servidores, equipamentos de rede ou sistemas podem comprometer serviços de urgência, atendimento à saúde, segurança pública e outras funções críticas da administração.
3. Atender à demanda por manutenção preventiva e corretiva: A execução periódica de manutenção preventiva evita falhas e amplia a vida útil dos equipamentos; a manutenção corretiva possibilita o restabelecimento rápido dos serviços em caso de falhas.
4. Assegurar suporte técnico qualificado: A prestação de assistência técnica especializada garante que os sistemas e equipamentos funcionem adequadamente, evitando prejuízos e garantindo a segurança das informações municipais.
5. Cumprir exigências legais e normativas: A contratação atende às exigências da Lei nº 14.133/21, bem como às recomendações do TCE/PR, assegurando que os serviços sejam prestados por empresa tecnicamente qualificada e responsável.

2.2. Definição do Objeto

O objeto a ser contratado consiste na prestação de serviços contínuos de manutenção, suporte técnico e gerenciamento da infraestrutura de tecnologia da informação do Município, incluindo:

- Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática e periféricos;
- Configuração e suporte de redes, roteadores, switches e servidores;
- Gerenciamento da infraestrutura que sustenta a telefonia VoIP;
- Instalação, configuração e atualização de sistemas operacionais e softwares utilizados pela Administração;
- Suporte técnico presencial e remoto aos usuários;
- Diagnóstico e solução de falhas em equipamentos e sistemas.

2.3. Local e Usuários

- Local de utilização: Todas as dependências da Administração Municipal que possuam equipamentos e infraestrutura de TI.
- Usuários: Todos os servidores e setores dos Departamentos Municipais, incluindo áreas de atendimento ao público e serviços essenciais que funcionam 24 horas.

2.4 Justificativa da Real Necessidade

A contratação é indispensável para assegurar:

- Operacionalidade contínua dos serviços de TI e sistemas críticos;
- Atendimento rápido a chamados de falhas e manutenção preventiva;
- Redução de riscos de interrupções que afetem serviços essenciais à população;
- Suporte técnico qualificado para toda a rede de computadores, equipamentos e infraestrutura tecnológica do Município.

A inexistência de equipe própria do Município com qualificação adequada para atender à demanda justifica a contratação de empresa especializada, garantindo eficiência, segurança, continuidade operacional e conformidade com as exigências legais e normativas do TCE/PR.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

3. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - 2026

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, de 04 de dezembro de 2026.

4. REQUISITOS DA CONTRATATAÇÃO

4.1. Condições de Participação e Qualificação Técnica

A contratação deverá observar os seguintes requisitos técnicos, operacionais e administrativos, essenciais para garantir a execução satisfatória, os interessados deverão comprovar plena capacidade jurídica e técnica bem como a posterior execução contratual:

4.1.1. Poderão participar do certame empresas cujo objeto social seja pertinente e compatível com a prestação de serviços de manutenção, suporte e gerenciamento de infraestrutura de tecnologia da informação, devidamente comprovado por meio do contrato social ou instrumento equivalente, ou empresas que apresentem atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) experiência anterior compatível com o objeto da contratação, incluindo manutenção de computadores, notebooks, servidores, roteadores, switches, impressoras, scanners, nobreaks, sistemas operacionais e softwares utilizados em ambiente corporativo.

A comprovação da aptidão técnica será realizada mediante a apresentação de:

a) Atestado (s) de Capacidade Técnica emitido por entidade de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante executou fornecimentos compatíveis com o objeto do presente certame, indicando a qualidade do atendimento, cumprimento de prazos e demais condições do objeto fornecido.

a.1) O(s) atestado(s) devem ser apresentados em papel timbrado, carimbado, e conter as seguintes informações obrigatórias: razão social, CNPJ e endereço da pessoa jurídica emitente; nome, função e telefone do responsável pela assinatura; quantidade fornecida e descrição dos serviços prestados. Atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da licitante não serão considerados válidos. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresas controladas ou controladoras da licitante, ou com pelo menos um sócio em comum.

a.2) O contratante reserva-se o direito de realizar diligências para verificar a validade e conformidade dos atestados apresentados e poderá exigir documentos complementares para comprovar a entrega dos produtos ou serviços relativos aos atestados apresentados.

JUSTIFICATIVA:

A apresentação de Atestados de Capacidade Técnica é fundamental para assegurar que a empresa licitante possui experiência comprovada na execução de serviços compatíveis com o objeto deste certame, garantindo a idoneidade, a qualidade e a confiabilidade da prestação de serviços.

O requisito de que os atestados sejam emitidos por entidade de direito público ou privado, em papel timbrado e contendo informações detalhadas sobre a empresa e os serviços prestados, visa:

5. Verificação da experiência prévia: Confirma que a empresa já executou serviços similares, com cumprimento de prazos e padrões de qualidade compatíveis com os exigidos pelo Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

6. Garantia da confiabilidade das informações: A exigência de dados do emissor, como razão social, CNPJ, endereço, nome, função e telefone do responsável, permite que a Administração realize diligências para validar a veracidade das informações fornecidas.

7. Imparcialidade e transparência: A vedação de atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da licitante evita conflitos de interesse e assegura que a experiência apresentada seja de fato externa e verificável.

8. Suporte à fiscalização do contrato: A possibilidade de solicitar documentos complementares garante que a Administração possa confirmar a entrega dos serviços ou fornecimentos, prevenindo riscos de contratação de empresas sem capacidade técnica adequada.

Dessa forma, a exigência dos Atestados de Capacidade Técnica atende aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência previstos na legislação de licitações, em especial na Lei nº 14.133/21, assegurando que o objeto do certame seja executado por empresa apta e qualificada, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços de tecnologia da informação do Município.

b) Declaração assinada pelo representante legal da proponente de que possui profissionais habilitados para a execução dos serviços de manutenção de computadores, configuração de roteadores, switches gerenciáveis, SEGURANÇA E FIREWALL, servidores com interface Router OS, sistema Linux e rede de fibra óptica (suas derivações, fusões e conexões): DHCP, Tabela ARP, Bridges, Route flags, QOS, DNS, BGP, Rotas estáticas, Conceitos 802.11 a/b/g/n/AC, WPA-PSK, WPA2-PSK, Configurações PPP, VPNs IPIP, VPNs EoIP, Rotas ECMP, VLAN em Mikrotik, VLAN por software, VLAN por hardware, VLAN por bridge, OSPF, LSA tipo 1 ao 7, acompanhada de certificado de curso superior ou técnico na área de computação ou informática, de pelo menos um dos seus funcionários.

JUSTIFICATIVA:

A exigência de declaração assinada pelo representante legal da proponente, atestando que a empresa possui profissionais qualificados para execução dos serviços, tem como objetivo assegurar que a contratada detenha capacidade técnica compatível com a complexidade do objeto do presente certame, que envolve:

- Manutenção preventiva e corretiva de computadores, notebooks, impressoras e demais periféricos;
- Configuração e suporte a roteadores, switches gerenciáveis, servidores e sistemas operacionais (Linux, RouterOS);
- Gerenciamento de redes de fibra óptica e protocolos associados (DHCP, DNS, BGP, OSPF, VLANs, VPNs, QOS, entre outros);
- Segurança de redes e firewalls, incluindo protocolos de autenticação, criptografia e políticas de acesso;
- Suporte a tecnologias wireless conforme padrões 802.11 e autenticações WPA-PSK/WPA2-PSK.

A apresentação de certificado de curso superior ou técnico em computação ou informática de pelo menos um dos funcionários garante que a empresa possui conhecimento formal e atualizado, fundamental para a correta execução dos serviços, mitigando riscos de falhas técnicas que poderiam comprometer a operação da infraestrutura de TI do Município.

Essa exigência também atende aos princípios da legalidade, eficiência e segurança previstos na Lei nº 14.133/21, uma vez que:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

4. Garante a aptidão técnica da empresa para executar serviços complexos, prevenindo contratações de empresas sem capacidade real;

5. Facilita a fiscalização e acompanhamento da execução contratual, permitindo que o Município comprove a presença de profissionais habilitados e qualificados;

6. Assegura a continuidade e a confiabilidade dos serviços de TI, especialmente em sistemas essenciais, evitando interrupções e prejuízos aos serviços públicos.

Dessa forma, a exigência da declaração e da comprovação de qualificação profissional é indispensável para garantir a segurança, qualidade e eficiência na execução dos serviços contratados.

c) Comprovação de vínculo empregatício entre o profissional habilitado acima e a proponente, mediante registro em carteira de trabalho e ficha de registro da empresa, ou contrato de prestação de serviços. Para dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação poderá ser feita através de cópia do ato constitutivo.

A exigência de comprovação de vínculo empregatício entre o profissional habilitado e a proponente tem como objetivo garantir que os profissionais capacitados e qualificados indicados para a execução dos serviços sejam efetivamente parte da equipe da empresa licitante, assegurando a responsabilidade direta da contratada sobre os serviços prestados.

Essa comprovação pode ser realizada por meio de registro em carteira de trabalho, ficha de registro da empresa, contrato de prestação de serviços ou, no caso de dirigente ou sócio da empresa, cópia do ato constitutivo. Tal exigência atende aos seguintes objetivos:

5. Segurança técnica e legal: Assegura que a empresa contratada detém controle e responsabilidade sobre os profissionais que executarão os serviços, reduzindo riscos de descumprimento contratual ou de prestação inadequada dos serviços.

6. Garantia de qualificação efetiva: Evita que a empresa indique profissionais terceirizados ou não vinculados formalmente, que não possuam compromisso direto com a contratada, garantindo que o profissional qualificado esteja disponível e apto a atuar quando necessário.

7. Transparência e fiscalização: Permite à Administração Municipal verificar a composição da equipe técnica da contratada, facilitando a fiscalização do contrato e a responsabilização em caso de falhas na execução dos serviços.

8. Conformidade legal: Alinha-se aos princípios da Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos que tratam de capacidade técnica, execução contratual e responsabilidade da contratada, assegurando que o Município contrate empresas aptas e legalmente responsáveis pelos serviços.

Dessa forma, a comprovação de vínculo empregatício é medida essencial para assegurar a qualidade, a continuidade e a confiabilidade dos serviços de manutenção e suporte de tecnologia da informação do Município.

4.2. Condições, Local e Prazos de Entrega

4.2.1. Os serviços serão executados de forma contínua, mediante solicitação dos Departamentos Municipais, nas dependências da Administração Pública, em todos os locais que possuam equipamentos e infraestrutura de tecnologia da informação.

4.2.2. Após a abertura de chamado pelo Departamento requisitante, a Contratada deverá iniciar o atendimento no prazo estabelecido neste Termo de Referência, sendo o atendimento realizado exclusivamente de forma presencial, conforme a necessidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

4.2.3. A prestação dos serviços ocorrerá, prioritariamente, em regime 8x5, compreendendo o horário comercial, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 11h30 e das 13h00 às 17h30.

4.2.4. Excepcionalmente, havendo necessidade, especialmente em casos que envolvam a interrupção de serviços essenciais, como Pronto Atendimento Municipal, SAMU e Brigada do Bombeiro Comunitário, a Contratada deverá prestar atendimento fora do horário comercial, incluindo sábados, domingos e feriados, mediante acionamento da Administração.

4.2.5. A prestação de suporte técnico deverá ocorrer exclusivamente de forma presencial, nas dependências da Contratante, sendo vedado qualquer tipo de atendimento remoto, telefônico ou por acesso virtual.

Fica estabelecido que:

- a) Não será permitido suporte via acesso remoto (AnyDesk, TeamViewer ou similares);
- b) Não será permitido atendimento por telefone, chamadas de vídeo ou aplicativos de mensagens;
- c) Não será permitido suporte por e-mail ou sistemas de chamados remotos;
- d) Todos os atendimentos deverão ser realizados in loco por profissional técnico.

Parágrafo único. O objetivo é garantir maior controle das atividades executadas, segurança das informações institucionais e acompanhamento direto dos serviços pela equipe da Administração.

4.2.6. Fica expressamente proibida a terceirização, subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto deste Termo de Referência. A Contratada deverá executar diretamente todos os serviços com equipe própria, devidamente vinculada à empresa, responsabilizando-se integralmente pela execução contratual.

Determinações complementares:

- a) Não será permitida a subcontratação de técnicos autônomos ou empresas parceiras;
- b) Não será permitida a transferência de responsabilidades técnicas a terceiros;
- c) Todos os profissionais deverão possuir vínculo formal com a empresa Contratada;
- d) A substituição de profissionais deverá ser previamente comunicada e autorizada pela Contratante.

4.3. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.3.1. Os serviços compreenderão manutenção preventiva e corretiva de computadores, notebooks, chromebooks, impressoras, scanners, nobreaks, roteadores, switches e demais periféricos.

4.3.2. A manutenção preventiva será realizada periodicamente, com o objetivo de evitar falhas, aumentar a vida útil dos equipamentos e garantir o adequado funcionamento dos sistemas.

4.3.3. A manutenção corretiva será realizada sempre que houver falha ou mau funcionamento, devendo a Contratada realizar diagnóstico, reparo e testes necessários para o restabelecimento do funcionamento normal dos equipamentos.

4.3.4. A Contratada deverá realizar instalação, configuração e atualização de sistemas operacionais, softwares e aplicações utilizadas pela Administração.

4.3.5. Também caberá à Contratada prestar suporte técnico aos usuários, orientando quanto ao uso adequado dos equipamentos e sistemas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

4.4. DA INFRAESTRUTURA DE REDE

4.4.1. A Contratada será responsável pela manutenção, gerenciamento e suporte da rede de computadores do Município.

4.4.2. Inclui-se neste item a configuração de equipamentos de rede, verificação de conectividade, diagnóstico e solução de falhas na infraestrutura.

4.4.3. A Contratada será responsável pela infraestrutura de rede que suporta a telefonia VoIP, não abrangendo a prestação do serviço de telefonia, o qual é executado por empresa contratada específica.

4.5. DO ATENDIMENTO E CONTROLE DE CHAMADOS

4.5.1. Os atendimentos serão realizados mediante abertura de chamados pelos setores da Administração.

4.5.2. A Contratada deverá manter controle dos atendimentos realizados, contendo, no mínimo:

I – data e horário do chamado;

II – identificação do solicitante;

III – descrição do problema;

IV – classificação do chamado;

V – solução adotada;

VI – data e horário de conclusão.

4.5.3. As informações deverão estar disponíveis para acompanhamento pela fiscalização do contrato.

4.6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

4.6.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e boas práticas de tecnologia da informação.

4.6.2. A Contratada deverá preservar os equipamentos, sistemas e instalações existentes, responsabilizando-se por quaisquer danos causados durante a execução dos serviços.

4.6.3. Durante a execução, os ambientes deverão ser mantidos organizados, evitando interrupções desnecessárias nas atividades dos setores.

4.7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

4.7.1. A Contratada estará sujeita à fiscalização dos serviços no ato da execução e posteriormente, reservando-se à Administração o direito de não aceitar os serviços que não se apresentem em condições satisfatórias.

4.7.2. Caso os serviços sejam executados em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, a Contratada deverá corrigi-los imediatamente, sem ônus para o Município.

4.7.3. Caso os serviços prestados resultem em danos aos equipamentos ou à infraestrutura, a Contratada deverá arcar integralmente com os prejuízos e realizar os reparos necessários.

4.8. DOS PRAZOS DE ATENDIMENTO (SLA)

4.8.1. O prazo máximo para início do atendimento aos chamados será de até 30 (trinta) minutos, contada a partir da abertura do chamado.

4.8.2. Os serviços deverão ser executados, sempre que possível, no mesmo dia da abertura do chamado, especialmente nos casos que envolvam interrupção de serviços essenciais.

4.9. DOS CUSTOS E RESPONSABILIDADES

4.9.1. Todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, incluindo deslocamento, transporte, mão de obra, ferramentas, equipamentos e demais insumos necessários, correrão por conta exclusiva da Contratada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

4.9.2. O suporte técnico ocorrerá sem qualquer ônus adicional para o Município, inclusive quando houver necessidade de deslocamento, estadia de técnicos ou execução fora do horário comercial.

4.10. DAS CONDIÇÕES GERAIS

4.10.1. É vedada a execução de serviços sem a prévia autorização da Administração.

4.10.2. A Contratada deverá assegurar a qualidade dos serviços prestados, garantindo o pleno funcionamento dos equipamentos e sistemas atendidos.

4.10.3. A execução dos serviços deverá observar as normas de segurança e boas práticas, incluindo a proteção de dados e informações da Administração.

4.11. DOS RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO

4.11.1. A Contratada deverá apresentar, mensalmente, relatório detalhado dos serviços prestados.

4.11.2. O relatório deverá conter, no mínimo:

I – quantitativo de chamados atendidos;

II – descrição dos serviços realizados;

III – equipamentos atendidos;

IV – tempo de atendimento e solução;

V – eventuais falhas identificadas e providências adotadas.

4.11.3. O relatório deverá ser entregue ao gestor do contrato para fins de acompanhamento, controle e atesto dos serviços.

4.12. DA PROTEÇÃO E INTEGRIDADE DOS DADOS

4.12.1. A Contratada deverá adotar medidas para preservar a integridade dos dados durante a execução dos serviços.

4.12.2. Sempre que houver risco de perda de informações, deverá ser realizada cópia de segurança (backup), com ciência da Administração.

4.12.3. A Contratada não poderá excluir, alterar ou transferir dados sem autorização expressa do responsável pelo setor.

4.14. DA ORGANIZAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.14.1. A Contratada deverá manter a organização lógica e física dos equipamentos e da rede, incluindo identificação de equipamentos, cabos e pontos de rede, sempre que aplicável.

4.14.2. Sempre que possível, deverão ser adotadas boas práticas de padronização de configurações, visando facilitar manutenção, segurança e continuidade dos serviços.

4.15. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.15.1. A medição dos serviços será realizada mensalmente, considerando a prestação contínua dos serviços de suporte técnico, manutenção e atendimento às demandas da Administração.

4.15.2. Para fins de pagamento, deverá ser apresentado relatório mensal contendo todos os atendimentos realizados no período, conforme previsto neste Termo de Referência.

4.15.3. O pagamento mensal somente será efetuado após o atesto do gestor do contrato, que verificará a conformidade das atividades prestadas com este Termo de Referência e o relatório mensal apresentado.

4.15.4. O gestor do contrato realizará o atesto dos serviços após a verificação da conformidade das atividades executadas.

4.16. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

4.16.1. Não há exigência de garantia formal (caução, seguro ou similar), nos termos da Lei nº 14.133/21.

4.16.2. A contratada será responsável por corrigir, sem ônus para o Município, quaisquer falhas ou inadequações nos serviços executados, garantindo o pleno funcionamento dos equipamentos, sistemas e infraestrutura de TI atendidos.

4.16.3. O período de garantia aplica-se enquanto vigente o contrato, considerando que os serviços são contínuos e incluem manutenção preventiva e corretiva.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Em conformidade com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, foi realizado o levantamento de mercado com o objetivo de obter subsídios técnicos e financeiros para a definição da estimativa de preços dos itens que compõem o objeto da presente contratação.

5.2. Considerando que se trata de itens de amplo comércio, com características padronizadas e grande oferta no mercado, a pesquisa foi realizada por meio orçamentos com fornecedores e também da plataforma digital especializada, a qual reúne dados atualizados de contratações públicas efetivadas por diversos municípios e entes federativos em todo o território nacional.

5.3. Essa ferramenta foi utilizada por oferecer ampla base comparativa, com preços obtidos a partir de licitações finalizadas recentemente, permitindo o levantamento de valores praticados em condições reais de mercado e em contextos administrativos semelhantes ao do Município de Jandaia do Sul – PR.

5.4. A escolha desta fonte também se justifica pela confiabilidade das informações, uma vez que os dados são extraídos diretamente de contratos, atas de registro de preços e publicações oficiais de prefeituras e órgãos públicos. A utilização dessa base de dados garante atualidade, transparência e precisão, atendendo ao que dispõe o §1º do art. 23 da Nova Lei de Licitações.

5.5. Dessa forma, a estimativa de preços obtida reflete parâmetros condizentes com a realidade do mercado público, proporcionando segurança jurídica ao processo licitatório e promovendo os princípios do planejamento, economicidade, eficiência e vantajosidade.

5.6. A memória de cálculo da estimativa, com os valores coletados e os links diretos das fontes consultadas na plataforma, encontra-se anexa a este Estudo Técnico Preliminar.

5.7. Da participação de ME e EPP

Justificativa que fundamenta a abertura de Procedimento Licitatório com aplicação do Benefício constante do §3º, Artigo 48 da LC nº 123/06, Art. 30º da Lei Complementar Municipal nº 3128/2020, Art. 4º do Decreto Municipal nº 7936/2022 e Prejulgado nº 027 – TCE/PR, uma vez que o objeto a ser contratado em primeira análise apresenta indícios de ser possível tal aplicação.

Considerando que o Município de Jandaia do Sul tem criado regulamentação fundamentada na Lei Complementar Federal 123/2006 e com o intuito de promover Políticas Públicas para amparar a aplicação do tratamento diferenciada e simplificado para as MPE's locais ou regionais, conforme oportunamente o procedimento licitatório permitir, e com isso proporcionar o desenvolvimento econômico Local ou da Região, que tem sofrido muito nos últimos anos com desemprego, queda de arrecadação e etc., conforme consultas nos órgãos de estáticas e pesquisas.

Considerando ainda, a vontade do Poder Executivo em desenvolver com excelência o programa de incentivo e promoção das MPE's, no intuito de fomentar o comércio local e regional, através do Poder das Compras Públicas, visto que o Orçamento do Município é um



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

dos maiores volumes de recursos que circulam dentro do território municipal, seja com salários de servidores ou com compras nos comércios locais e, que ultimamente, tem perdido parte de sua receita em comércios de cidades maiores.

Considerando que o Programa de apoio as MPE's somente alcançará seus objetivos se de um lado o Município fizer a sua parte, e de outro os empresários locais participarem dos procedimentos. Para tanto, foram iniciados estudos, através do planejamento das compras, em busca de melhorar as contratações e incentivar a participação de todas as empresas existentes, sejam locais ou regionais.

Diante do acima exposto com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 3128/2020 e Decreto Municipal nº 7936/2022, podemos afirmar que temos uma Política Pública voltada ao desenvolvimento econômico e social no Município de Jandaia do Sul-Pr, baseado no poder das compras públicas, que nos possibilita a aplicar o tratamento diferenciado e simplificado as MPes.

A Constituição Federal nos Art. 170, inciso IX e também o Art. 179, vejamos:

“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

IX - Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei”. (Grifo nosso)

A Lei Complementar Federal nº 123/2006 e a Nivel Municipal Lei Complementar nº 3128/2020, bem como o Decreto Municipal nº 7936/2022, tem por escopo dar tratamento jurídico diferenciado à essas empresas, o qual guarda, ainda, perfeita consonância com os princípios norteadores do direito, em especial da isonomia, imparcialidade, moralidade e equidade, bem como, em consonância com os entendimentos do órgão fiscalizador, qual seja, o Prejulgado nº 027 – TCE/PR.

LC123/2006

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. (Grifo nosso)

Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal. (Grifo nosso)

O Artigo 48 do mesmo dispositivo que determina o seguinte:

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

I - Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II - Poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;

III - Deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 2º Na hipótese do inciso II do 'caput' deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

§ 3º Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

Uma vez esclarecido o que se considera como tratamento diferenciado e simplificado que daqui por diante trataremos como benefício passamos a justificar a possibilidade de aplicarmos o §3º do Art. 48 da Lei Complementar Federal 123/2006.

O TCE/PR trouxe esclarecimento sobre qual benefício seria possível aplicar as MPEs mediante o Acórdão 2122/2019, entendimento de como aplicar os benefícios constante do §3 do artigo 48 da Lei Complementar Federal 123/2006 sobre a possibilidade de beneficiar as ME e EPP.

O Art. 49 apresenta as regras de quando não se pode aplicar tais benefícios, vejamos:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

I - (Revogado);

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.

Portanto, esses benefícios têm por finalidade promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, fomentando a relação comercial entre o Poder Público e as MPE's, como estratégia para o crescimento dessas últimas, e, são normas cogentes e autoaplicáveis, ou seja, são de observância obrigatória e prescindem de regulamentação



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

ulterior, salvo se houver regulamentação local mais favorável (parágrafo único do art. 47 da LC 123/2006).

Colaciona-se a seguinte orientação da AGU:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA CJU-MG Nº 60, DE 22 DE JANEIRO DE 2010
4.1.3) A expressão "local" pode ser interpretada como a correspondente ao Município ao qual se encontra sediado o órgão assessorado;
Lei Complementar Municipal nº 3128/2020:

Art. 30º. Nas contratações públicas será concedido tratamento diferenciado e simplificado para o Microempreendedor Individual – MEI, Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

(...)

Decreto Municipal nº 7936/2022:

Art. 6º. Para efeitos deste contrato, considera-se:

I – local, o limite geográfico do município de Jandaia do Sul;

(...)

Isto posto, resta esclarecido o que significa tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, bem como os requisitos necessários à aplicação dos benefícios, atendendo aos preceitos legais, passaremos a demonstrar e comprovar que o Município atende a todos os requisitos previstos na Legislação, que possibilitam a aplicação dos referidos benefícios, vejamos.

A Licitação exclusiva para empresas REGIONAIS, se deu pelo fato da existência de no mínimo 03 (três) microempresas locais aptas à participação na licitação, sendo comprovado através de pesquisa a procedimentos licitatórios de anos anteriores, pelos orçamentos apresentados e pela apresentação do cartão do CNPJ, em que consta se o ramo de atividade das empresas atende ao objeto deste procedimento.

Tais informações foram pesquisadas e conferidas pelo Departamento Administrativo e Setor de Compras.

Portanto, se na fase de planejamento e preparação da licitação, foi constatada a ocorrência da possibilidade de parcelamento do objeto licitado, nos moldes acima apresentados, e for aferida a existência de no mínimo 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como MPE sediados na cidade, encontra-se neste procedimento justificada que a base territorial para aplicação do benefício constante do §3º do Art. 48, sejam as empresas localizadas no município da região AMUVI, assim comprovando existir o mínimo de empresas necessárias a poder definir a abrangência territorial.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO – OBJETO

6.1. Considerando a natureza contínua dos serviços de assistência técnica, bem como a necessidade de atendimento permanente às demandas dos Departamentos, torna-se inviável a definição prévia e exata do volume de serviços a ser executado ao longo do período contratual. Ademais, os serviços deverão ser prestados de forma contínua e conforme a necessidade da Administração, não sendo caracterizados como demanda pontual ou sazonal. Diante dessas características e visando garantir a adequada manutenção da infraestrutura de



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

tecnologia da informação, entende-se que a melhor solução para a contratação é a realização de Pregão Eletrônico para prestação de serviços, com formalização por meio de contrato administrativo com valor fixo.

6.2. A licitação será regida pela modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo “MENOR PREÇO”, tomando como parâmetro legal:

Lei nº. 14.133/2021, atualizada, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

Lei complementar 123/2006, que institui o Estatuto Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno porte.

6.2.1. De acordo com a Lei 14.133/2021, para a aquisição de bens e serviços comuns, a modalidade a ser praticada deverá ser o Pregão, sendo a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado – inciso XLI do artigo 6º da Lei 14.133/2021”.

6.2.2. Ainda, seguindo orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná definida no Acórdão nº 2605/18 - Tribunal Pleno, no intuito de garantir o cumprimento dos princípios constitucionais que regem as modalidades licitatórias e ampliar a competitividade, transparência, publicidade e eficiência deste certame, será adotada a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO.

6.2.3. A adoção desta modalidade traz inúmeras vantagens à Administração Pública, entre elas: o potencial aumento da competitividade do certame, já que interessados que estejam localizados em qualquer lugar do país podem participar de forma remota; possível ampliação do número de participantes, o que estimula a concorrência; a impessoalidade do procedimento, visto que os competidores participam do pregão de forma anônima; mais transparência e segurança, pois a maior parte dos atos da licitação é registrada automaticamente pelo sistema, evitando-se erros e falta de publicidade dos atos praticados pela Administração.

6.3. A contratação será formalizada por meio de Ata de Registro de Preços, com vigência de 12 (doze) meses, permitindo a requisição dos materiais conforme a necessidade de cada departamento, de forma fracionada.

7. JUSTIFICATIVA DO PREÇO E DAS QUANTIDADES

7.1. A presente contratação destina-se à prestação contínua de serviços de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática e suporte à infraestrutura de tecnologia da informação do Município, incluindo computadores, notebooks, servidores, impressoras, scanners, nobreaks, roteadores, switches e demais periféricos, bem como instalação, configuração e atualização de sistemas e softwares, suporte técnico aos usuários e manutenção da rede de computadores e da infraestrutura de telefonia VoIP. A necessidade dos serviços foi definida com base em levantamento das demandas dos Departamentos Municipais, considerando o histórico de atendimentos realizados no último exercício e a complexidade dos serviços de TI necessários para garantir o funcionamento contínuo das atividades administrativas e de serviços essenciais, como o Pronto Atendimento Municipal, SAMU e Brigada do Bombeiro Comunitário.

7.2. O preço estimado para a contratação foi definido por meio de pesquisa de mercado, considerando empresas especializadas em manutenção e suporte de TI atuantes na região,



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

compatíveis com o escopo do presente certame. A pesquisa permitiu verificar valores praticados no mercado para serviços de mesma natureza, garantindo a economicidade, a transparência e a adequada alocação dos recursos públicos.

7.3. A prestação contínua dos serviços de manutenção e suporte mostra-se essencial, considerando que a infraestrutura de TI do Município é crítica para a execução das atividades administrativas e dos serviços essenciais à população. O acompanhamento técnico regular, aliado à capacidade de atendimento imediato a chamados, assegura a operacionalidade dos sistemas, a proteção de dados e a continuidade dos serviços públicos, evitando prejuízos ou interrupções que possam comprometer a eficiência do Município.

7.4. O presente processo tem como base, para definição de quantitativos e parâmetros de preço, o Pregão Eletrônico nº 31/2024, que contratou serviços de natureza similar, servindo como referência para a estimativa de custos, exigências técnicas e volume de atendimentos necessários.

7.5. Dessa forma, tanto o preço estimado quanto a quantidade de serviços e profissionais necessários encontram-se devidamente justificados, sendo compatíveis com a necessidade real da Administração, com os valores praticados no mercado e com os objetivos institucionais de garantir a eficiência, segurança e continuidade da infraestrutura de tecnologia da informação, promovendo a adequada prestação de serviços públicos à população.

8. RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E QUANTIDADES DO LOTE

ITEM	QUANTIDADE		CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	12	MÊS	25992	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica em equipamentos de informática, compreendendo manutenção preventiva e corretiva de computadores, notebooks, chromebooks, impressoras, scanners, nobreaks, roteadores, switches e demais periféricos, bem como suporte técnico presencial aos usuários, gerenciamento e manutenção da rede de computadores e da infraestrutura de TI, incluindo a rede que sustenta os telefones VoIP, instalação, configuração e atualização de sistemas e softwares, diagnóstico e solução de falhas em equipamentos e no ambiente tecnológico, visando garantir o pleno funcionamento dos recursos de tecnologia da informação e atender às necessidades dos Departamentos Municipais, pelo período de 12 (doze) meses.	6.650,20	79.802,40
					TOTAL	79.802,40

OBS: Havendo qualquer discordância entre a descrição e unidade de medida do CATMAT e a do Termo de Referência/Edital, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Termo de Referência/Edital.

8.1. O valor total máximo estimado para a presente contratação corresponde a R\$ 79.802,40 (setenta e nove mil, oitocentos e dois reais e quarenta centavos).



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (ITEM OU LOTE)

9.1. Em regra, conforme disposto na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei nº 14.133/21, o planejamento da contratação deve atender ao princípio do parcelamento, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, visando ao melhor aproveitamento dos recursos do mercado e à ampliação da competitividade entre fornecedores.

9.2. No presente caso, não se mostra viável o parcelamento do objeto, sendo necessário que o critério de julgamento das propostas seja por item único. O Item 1 – prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de computadores, notebooks, chromebooks, impressoras, scanners, nobreaks, roteadores, switches e demais periféricos, suporte técnico aos usuários, manutenção da rede de computadores e infraestrutura de telefonia VoIP, instalação e atualização de sistemas e softwares – apresenta características integradas e contínuas, de modo que a divisão do objeto em parcelas comprometeria a execução adequada dos serviços, a operação dos sistemas e a continuidade das atividades essenciais do Município, incluindo o Pronto Atendimento Municipal, SAMU e Brigada do Bombeiro Comunitário.

9.3. A contratação por uma única empresa assegura padronização e uniformidade na prestação dos serviços, garantindo que todos os atendimentos e manutenções sejam realizados com padrões técnicos consistentes, com segurança, confiabilidade e cumprimento das normas aplicáveis. Permite segurança técnica e jurídica, pois haverá um único responsável pela execução e supervisão de todos os serviços, garantindo conformidade com os níveis de atendimento (SLA) e legislação vigente. Favorece eficiência operacional, com centralização do controle de chamados, coordenação de prazos, logística de deslocamento de técnicos e melhor aproveitamento econômico, permitindo negociação de preço global mensal, que neste processo encontra-se estimado em conformidade com a pesquisa de mercado realizada.

9.4. Dessa forma, o agrupamento em lote único garante segurança, qualidade, economicidade e eficiência na gestão do contrato, atendendo plenamente às necessidades da Administração e assegurando a continuidade da operação da infraestrutura de tecnologia da informação, essencial para o funcionamento de todos os Departamentos Municipais e dos serviços essenciais à população.

9.5. Todos os elementos complementares necessários ao atendimento da demanda, incluindo especificações técnicas dos serviços, critérios de execução, condições de atendimento, prazos de resposta, controle de chamados, obrigações da contratada, condições de recebimento, penalidades e demais aspectos operacionais, encontram-se detalhados no Termo de Referência, que integra este Estudo Técnico Preliminar como apêndice e servirá de base para instrução do processo licitatório.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

A solução deverá permitir o alcance dos seguintes resultados:

1) Impacto esperado na economicidade

Redução de custos operacionais: a empresa contratada realizará todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, deslocamento, transporte de equipamentos e execução sem ônus adicionais ao Município, evitando custos extras com contratações pontuais, terceiros ou deslocamentos emergenciais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Menor custo por atendimento e economia de escala: a contratação em regime mensal único permite negociação de preço global mais vantajosa, considerando a demanda consolidada de todos os Departamentos Municipais.

Otimização do gasto público: ao contratar um único fornecedor para toda a infraestrutura de TI e suporte, reduz-se o risco de falhas, retrabalho, atendimentos duplicados ou incompatibilidade de soluções, garantindo uniformidade e qualidade técnica nos serviços prestados.

2) Aproveitamento de recursos existentes

Recursos humanos: equipes próprias do Município poderão se concentrar em outras atividades estratégicas, sem desvio de esforços para manutenção emergencial de equipamentos, redes ou sistemas.

Recursos materiais: infraestrutura de rede, computadores, servidores e demais equipamentos será aproveitada de forma otimizada, evitando a necessidade de aquisições, substituições ou adaptações desnecessárias.

Recursos financeiros: a contratação mensal racionaliza o orçamento, permitindo planejamento contínuo, previsibilidade de custos e melhor alocação de recursos financeiros na manutenção e operação dos sistemas municipais.

3) Resultados sociais e de serviço público

Garantia de operação contínua e segura dos serviços municipais essenciais, incluindo Pronto Atendimento Municipal, SAMU e Brigada do Bombeiro Comunitário.

Melhoria das condições de uso da infraestrutura de TI nos Departamentos Municipais, com equipamentos e sistemas funcionando de acordo com as normas técnicas e boas práticas de tecnologia da informação.

Redução de interrupções ou falhas críticas, evitando impacto nos serviços prestados à população e nas atividades administrativas do Município.

Padronização e uniformidade nos serviços de manutenção e suporte, garantindo atendimento técnico consistente, documentação organizada e registro confiável de todas as intervenções.

4) Indicadores de desempenho possíveis

Quantidade de chamados atendidos dentro do prazo estabelecido (SLA), incluindo atendimento emergencial 24 horas, quando aplicável.

Redução do número de ocorrências de manutenção corretiva de equipamentos e falhas críticas na rede ou sistemas.

Tempo médio de atendimento e resolução de chamados em relação ao previsto contratualmente.

Avaliação da qualidade, confiabilidade e funcionalidade dos equipamentos, sistemas e rede de computadores atendidos.

Satisfação dos Departamentos Municipais quanto à prontidão, qualidade e eficácia do suporte técnico prestado.

11. PROVIDÊNCIAS PARA A ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Logística:

Não há necessidade de adequação logística.

Infraestrutura tecnológica:

Não há necessidade de adequação na infraestrutura tecnológica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Infraestrutura elétrica:

Não há necessidade de adequação na infraestrutura elétrica.

Espaço físico:

Não há necessidade de adequação no espaço físico.

Mobiliário:

Não há necessidade de adequação de mobiliário.

Impacto ambiental:

Não há efeitos ambientais de considerável relevância decorrentes da contratação pretendida, uma vez que os serviços consistem em manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática, suporte técnico aos usuários e gerenciamento da infraestrutura de TI, realizados em locais já estruturados, sem geração de resíduos perigosos significativos ou impactos ambientais relevantes.

Para adequação do ambiente do órgão e execução segura dos serviços, a contratada deverá observar as seguintes providências: manter os locais de trabalho organizados, proteger os equipamentos, mobiliário e instalações durante a execução dos serviços, utilizar equipamentos de proteção individual (EPIs) e produtos de limpeza de forma adequada, e realizar limpeza e descarte correto de resíduos eletrônicos ou de manutenção ao final do atendimento.

Estas medidas visam garantir que os serviços de manutenção e suporte técnico sejam realizados de forma segura, organizada e sem prejuízo ao patrimônio público ou ao ambiente físico das unidades municipais.

12. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE, SE CABÍVEL

As práticas de sustentabilidade devem ser observadas pela contratada:

- a) Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011;
- b) Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105.
- c) Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução dos serviços.

13. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE, SE CABÍVEL

Não se aplica.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

14.1. Verifica-se existência de contratação correlata, referente ao Pregão Eletrônico nº 31/2024, cujo objeto consistiu na prestação de serviços de manutenção de equipamentos de informática e infraestrutura de TI, com vigência até 01/05/2026.

14.2. A execução da presente contratação pode complementar os serviços do pregão citado, garantindo a continuidade do suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e da rede de computadores do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

14.3. Apesar de correlata, a contratação ora proposta é independente para fins de licitação e execução, podendo ser realizada sem qualquer dependência direta da contratação anterior.

15. GERENCIAMENTO DE RISCOS

15.1. Riscos do Processo de Contratação

Risco 1 – Falta de interessados para se inscrever: deserta ou com lote deserto	
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Médio
Dano:	Republicar o edital e abrir novo prazo para a realização do pregão.
Ação Preventiva:	Realização de pesquisa de preços atuais, para eventual atualização dos valores.
Ação de Contingência:	Republicação do Edital observando requisitos que poderiam ter provocado a desistência de possíveis empresas interessadas.
Risco 2 - Contratada se recusar a assinar o contrato	
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Alto
Dano:	Não concluir o processo licitatório tendo que abrir novo prazo e classificar o segundo colocado para concluir a licitação e se não houver remanescentes, iniciar nova licitação.
Ação Preventiva:	Definir punição no edital para empresa adjudicada que não assinar a Ata de Registro de Preço dentro do prazo estipulado, notificar e instaurar processo administrativo.
Ação de Contingência:	Adjudicar novo fornecedor ou promover nova contratação.
Risco 3 - Incapacidade do profissional vencedor em executar o contrato	
Probabilidade:	Média
Impacto:	Alto
Dano:	Atraso no fornecimento do objeto
Ação Preventiva:	<ul style="list-style-type: none">- Sanções e os requisitos de qualidade que sejam condizentes com a importância do fornecimento do objeto.- Exigir documentação comprobatória que a licitante fornece ou forneceu produtos semelhantes ao contratado.
Ação de Contingência:	<ul style="list-style-type: none">- Acompanhar com rigor os mecanismos que definem os níveis esperados na qualidade da prestação de serviços de manutenção de equipamentos de informática e infraestrutura de TI e respectivas adequações de pagamento.- Gestão/Fiscalização da Ata de Registro de Preços, com aplicação de sanções previstas quando ocorrer alguma falha contratual e, em último caso, cancelar a Ata e adjudicar novo fornecedor ou promover nova contratação.
Risco 4 – Fornecimento do produto de baixa qualidade	
Probabilidade:	Média
Impacto:	Alto
Dano:	Prejuízos financeiros
Ação Preventiva:	A licitante deverá apresentar documentação que comprove sua experiência prévia na prestação de serviços de manutenção de equipamentos de informática e infraestrutura de TI ao objeto deste certame, com características técnicas, segurança e ergonomia compatíveis com os exigidos neste processo.
Ação de Contingência:	Rejeição de serviços inadequados: Rejeitar quaisquer serviços de manutenção, suporte ou configuração que apresentem execução insatisfatória, não atendam às especificações técnicas previstas no Termo de Referência ou sejam incapazes de garantir o adequado funcionamento dos equipamentos, sistemas e rede de computadores do Município. Notificação e sanções à contratada: Notificar formalmente a contratada para adotar medidas corretivas imediatas em caso de execução de serviços fora das especificações. Persistindo as falhas, poderão ser aplicadas sanções previstas no contrato, incluindo advertência, multa, retenção de pagamento ou rescisão contratual, conforme gravidade da



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

ocorrência, assegurando a correta execução do objeto e a proteção do interesse público.

15.2. Avaliação Qualitativa dos Riscos

A seguir encontra-se a matriz de avaliação qualitativa dos riscos identificados.

Impacto	Sem Impacto	Baixo	Médio	Alto
Probabilidade				
Baixa				
Média		Risco 1	Risco 3	
Alta		Risco 2		Risco 4

15.3. Gravidade das consequências

O Risco 4, referente à execução de serviços de manutenção inadequados, apresenta probabilidade média e impacto alto, podendo gerar prejuízos operacionais e financeiros significativos ao Município. Caso a contratada não realize os serviços conforme as especificações técnicas previstas no Termo de Referência, os efeitos podem incluir falhas nos equipamentos, interrupções nos sistemas, atrasos na resolução de chamados e necessidade de manutenção corretiva emergencial, comprometendo a eficiência da contratação e gerando custos adicionais.

Como medida de mitigação, a Administração poderá aplicar as sanções previstas em contrato, incluindo advertência, multa, retenção de pagamento ou rescisão contratual, conforme a gravidade do descumprimento. Tais medidas garantem a proteção do interesse público e asseguram a execução correta dos serviços, preservando o funcionamento adequado dos equipamentos, sistemas e infraestrutura de tecnologia da informação do Município.

16. VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

16.1. Diante das análises técnicas e dos elementos apresentados, conclui-se que a contratação da solução descrita neste Estudo Técnico Preliminar é plenamente viável e necessária, representando a opção mais vantajosa, eficiente e alinhada aos princípios da administração pública, devendo o processo seguir para as etapas subsequentes de elaboração do Termo de Referência e abertura do procedimento licitatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL LICITANTE VENCEDOR;

(Razão Social, endereço, e-mail, telefone, CNPJ e Inscrição estadual)

Local e Data.....

Edital de Pregão, na forma Eletrônica, nº./2026.

Descrição do Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica em equipamentos de informática, compreendendo manutenção preventiva e corretiva de computadores, notebooks, chromebooks, impressoras, scanners, nobreaks, roteadores, switches e demais periféricos, bem como suporte técnico presencial aos usuários, gerenciamento e manutenção da rede de computadores e da infraestrutura de TI, incluindo a rede que sustenta os telefones VoIP, instalação, configuração e atualização de sistemas e softwares, diagnóstico e solução de falhas em equipamentos e no ambiente tecnológico, visando garantir o pleno funcionamento dos recursos de tecnologia da informação e atender às necessidades dos Departamentos Municipais, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ITEM	QUANTIDADE		CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	12	MÊS	25992	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica em equipamentos de informática, compreendendo manutenção preventiva e corretiva de computadores, notebooks, chromebooks, impressoras, scanners, nobreaks, roteadores, switches e demais periféricos, bem como suporte técnico presencial aos usuários, gerenciamento e manutenção da rede de computadores e da infraestrutura de TI, incluindo a rede que sustenta os telefones VoIP, instalação, configuração e atualização de sistemas e softwares, diagnóstico e solução de falhas em equipamentos e no ambiente tecnológico, visando garantir o pleno funcionamento dos recursos de tecnologia da informação e atender às necessidades dos Departamentos Municipais, pelo período de 12 (doze) meses.		
					TOTAL	

- Prazo da validade da proposta de preços: 60 (sessenta) dias.
- Prazo de execução: conforme edital e termo de referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

- Prazo de entrega: conforme edital e termo de referência.

DECLARAÇÃO INTEGRANTE DA PROPOSTA

DECLARAMOS, sob as penas da Lei que:

- a) a proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) os produtos e/ou serviços ofertados atendem todas as especificações contidas no Termo de Referência do presente edital;
- c) estão inclusos todos os custos, dentre estes, todas as despesas de pessoal, com frete, seguros, impostos, taxas, encargos e demais despesas indispensáveis à execução do objeto da presente licitação;
- d) teremos disponibilidade dos produtos e/ou serviços e estes serão entregues e/ou executados no prazo previsto estipulado no Termo de Referência;
- e) estamos cientes que o pagamento será efetuado em ordem cronológica, serão pagos em até 15 dias da emissão da nota de liquidação, de acordo com o Decreto Nº 9.397, de 20 de junho de 2024, por meio de liquidação, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos.
- f) estamos de acordo e cientes com todas as exigências estipuladas em edital.

Atenciosamente,

Assinatura:

Nome:

(do Representante legal da empresa proponente em papel timbrado da empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Eu, _____ CPF _____
_____ na qualidade de (sócio-gerente, representante legal, procurador) declaro, sob as penas da lei, que a Empresa _____ CNPJ _____:

- a) Não se encontra impedida de contratar sob nenhuma das hipóteses previstas no Art. 14 da Lei Federal 14.133/2021;
- b) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- c) Cumpre com o disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, que trata da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- d) Tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações contratadas;
- e) Comunicará ao Município qualquer fato ou evento superveniente que venha alterar as situações acima declaradas.
- f) Declaramos, para os devidos fins de direto, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o (a) responsável legal da empresa é o (a) SR.(a) _____, portador do RG sob nº _____ e CPF nº _____ cuja função/cargo é _____ (sócio/administrador/ procurador/ diretor/ etc), responsável pela assinatura do contrato.
- g) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço

E-MAIL:

TELEFONE:(-----)

h) DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- () MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.
- () EMPRESA DE GRANDE PORTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

i) Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006

DADOS CADASTRAIS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

RAZÃO SOCIAL:

ENDEREÇO COM CEP:

CNPJ:

*** CONTATO REFERENTE À LICITAÇÃO (assuntos referentes aos documentos/ proposta de preços/ outros)**

NOME:

TELEFONE COM DDD:.....

CELULAR COM DDD:.....

E-MAIL:.....

* RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO

NOME:

TELEFONE COM DDD:.....

CARGO QUE OCUPA:.....

ENDEREÇO COM CEP:.....

RG:.....

CPF:.....

E-MAIL:.....

PARA EFEITO DE PAGAMENTO:

BANCO:

C/C Nº.:

AGÊNCIA Nº.:

Local,dede 2026.

Assinatura:

Nome:

(do Representante legal da empresa proponente em papel timbrado da empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

ANEXO IV TERMO DE MINUTA DE CONTRATO

(Processo Administrativo nº)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/.....,
QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICIPIO DE
JANDAIA DO SUL E A
EMPRESA.....

O MUNICÍPIO DE JANDAIA DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº. 75.771.204/0001-25, sito a Praça do Café, nº. 22, Estado do Paraná, representada pelo Prefeito Municipal Senhor **BENEDITO JOSÉ PUPIO**, R.G. nº. 1018491-6/SESP - PR, inscrito no CPF/MF sob o nº. 190.837.779-87, a seguir denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, sito à **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CEP **XXXXXXXXXX**, na cidade de **XXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob nº. **XXXXXXXXXXXXXX**, telefone: **xxxxx**, e-mail: **xxxxx**, neste ato representada por seu (sua) representante ou Responsável Legal, Senhor (a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. **xxxxxxxxxxxx**, e inscrito no CPF/MF sob o nº. **xxxxxxxxxxxxxxxxxx**, a seguir denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n. .../...**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	QTD	CATMAT CATSER	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	MARCA/ FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
TOTAL:						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) da assinatura desse termo contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. Qualquer prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Será admitido o reajuste com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, mediante a aplicação do IPCA (IBGE), ou outro que venha a substituí-lo, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da assinatura do contrato, para o primeiro reajuste, ou da data do último reajuste, para os subseqüentes.

7.2. O reajuste será formalizado no mesmo instrumento de prorrogação da vigência do contrato, ou por apostilamento, caso realizado em outra ocasião.

7.3. A Administração deverá assegurar-se de que o novo valor é compatível com os preços praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial a procuradoria do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2)** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3)** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- Advertência, quando a gravidade da inexecução no contrato não justificar a imposição de penalidade mais grave.

- Multa, nas seguintes hipóteses e graduações:

a) pelo atraso na execução do objeto deste Termo, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto ofertado, devidamente atualizado, independentemente de eventual rescisão contratual, a critério da Administração, nos termos do art. 137, I, da Lei 14133/2021.

b) pela rescisão unilateral no contrato pelo Fornecedor, sem justa causa, o que caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do objeto ofertado, devidamente atualizado;

c) pelo descumprimento das demais condições fixadas no Edital e no contrato e não abrangida pelas alíneas anteriores, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto ofertado, para cada evento, devidamente atualizado, independentemente de eventual rescisão contratual até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do objeto ofertado.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Cont. Red.	Fonte	Descrição	Órgão	Funcional	Proj./ Ativ.	Categoria	Descrição
56	2000	Recursos Livres	04.001	12.122.0004	2.004	3.3.90.39.00.00	Serviço de Terceiro - PJ

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

- A) **"Prática corrupta"**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objeto de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- B) **"Prática fraudulenta"**: a falsidade ou omissão dos fatos, com o objeto de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- C) **"Prática colusiva"**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- D) **"Prática coercitiva"**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

E) **"Prática obstrutiva"**: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática, atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

16.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financeiro pelo organismo.


16.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.3. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Jandaia do Sul, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.


Município de Jandaia do Sul
- Benedito José Pupio -
Órgão Gerenciador

Jandaia do Sul/PR, XX de XXXXX de 2026.

xxxxxxx
Fornecedor

TESTEMUNHAS:

Carlos Roberto Barbosa
Matrícula: 2966
Gestor do Contrato

Rodrigo Vanoni Alberton
Matrícula: 24686
Fiscal do Contrato